

Elena Pájaro Peres

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

“Proverbial Hospitalidade”?

A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955)

Nas décadas de 1930 e 1940, os intelectuais brasileiros empenhados em controlar a imigração sustentaram um discurso marcado pelo preconceito, sendo um dos canais oficiais de divulgação destas idéias a *Revista de Imigração e Colonização*.

Publicada entre os anos de 1940 e 1955 pelo Conselho de Imigração e Colonização, órgão criado em 1938 para fiscalizar e selecionar os imigrantes,¹ a *Revista de Imigração e Colonização* foi lançada para ser, inicialmente, um periódico com quatro volumes anuais. Entre 1950 e 1952, todavia, saíram somente dois volumes anuais e, após um intervalo de três



anos, apenas mais um volume, em 1955, quando a publicação foi suspensa.

O conteúdo da revista centrava-se em torno de assuntos diretamente relacionados à imigração, reproduzindo artigos publicados pela grande imprensa, a legislação em vigor, relatórios, estudos e pareceres. Segundo Tucci Carneiro, esse periódico era consultado por técnicos e autoridades diplomáticas, em busca de uma orientação para a questão imigratória brasileira. A autora considera que:

Através de artigos ‘cientificamente’ redigidos e assinados por autoridades médicas, diplomáticas, bacharéis em direito, sociólogos e educadores, a revista defendeu nos anos de 1940 a ma-

nutenção de uma política imigratória restritiva apoiada em critérios étnicos, políticos e morais.”²

Durante o Estado Novo, a *Revista de Imigração e Colonização* foi porta-voz de um pensamento racista, legitimador da política discriminatória do governo Vargas em relação ao estrangeiro. No entanto, mesmo com o início da chamada ‘redemocratização’ do país, em 1945, a questão imigratória continuou a ser tratada pelos colaboradores da revista como um problema nacional, persistindo o tom de intolerância contra o estrangeiro, visto como um perigo que ameaçava a segurança do país.

IMIGRANTE - BRAÇO E SANGUE

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as atenções das potências voltaram-se para a tarefa da ‘reconstrução’ da Europa devastada e para o problema dos refugiados de guerra, denominados *displaced persons* ou *DPs*.

No Brasil, com a reabertura da imigração pelo decreto-lei 7.967, de 18 de setembro de 1945,³ esperava-se um grande afluxo de imigrantes dada a situação de caos e miséria em que se encontrava o continente europeu. O Conselho de Imigração e Colonização, representante do posicionamento político do Ministério das Relações Exteriores, preparou-se para orientar essa nova imigração procurando:

(...) aparelhar eficientemente o país para o aproveitamento das grandes correntes imigratórias européias que

se fazem esperar no período do pós-guerra. ⁴

A preocupação com esse novo imigrante transparece em grande parte dos artigos da *Revista de Imigração e Colonização*, cujo conteúdo nos permite reconstruir o perfil do imigrante ideal e o conceito que lhe era conferido enquanto “elemento indesejável e estranho” à sociedade brasileira.

Os autores que contribuíam com esta publicação eram, principalmente, médicos, psiquiatras, higienistas, jornalistas, juristas, educadores e diplomatas, muitos dos quais já escreviam sobre o assunto desde a década de 1920, como é o caso dos psiquiatras Antonio Xavier de Oliveira e Antonio Carlos Pacheco e Silva.⁵ A maioria desses intelectuais teve ligações diretas com o Estado durante o governo de Getúlio Vargas, tendo assumido cargos políticos ou propondo ações que deveriam ser executadas pelo poder estatal. Nas páginas da *Revista de Imigração e Colonização*, defendiam a entrada de imigrantes desde que devidamente selecionados no tocante a suas qualidades físicas, mentais, profissionais e raciais.

No artigo “Aspectos psicológicos na imigração após-guerra”, publicado em junho de 1946 pelo psiquiatra Lira Cavalcanti, encontramos idéias que foram recorrentemente utilizadas pelos intelectuais colaboradores da revista. Cavalcanti toma a imigração como um problema que deve ser solucionado através “da verificação biotipológica do imigrante e de suas qualidades eugênicas” para que se possa evi-

tar a entrada de indivíduos “inaptos física e mentalmente”. A preocupação imediata era com a possível chegada dos chamados “egressos de guerra”, vistos como “psicopatas incubados”. Afirma que necessitamos de braços e técnicos e não de ociosos e aproveitadores, nem tão pouco de “raças estanques”, que não se misturam. Para dar crédito a suas conclusões, Lira Cavalcanti utiliza dados estatísticos recolhidos pelo prof. Pacheco e Silva, no hospital de Juqueri, entre 1921 e 1942, demonstrando que a maioria dos criminosos e alienados era constituída de refugiados de guerra.⁶

De forma geral os artigos seguem este raciocínio, estipulando qual seria o imigrante desejável e o indesejável, quais os perigos provenientes de uma imigração descontrolada e quais as possíveis soluções. O apelo à chamada ‘ciência moderna’ é constante, especialmente nos artigos escritos por médicos, e as medidas eugênicas são evocadas como a grande saída para o aperfeiçoamento da população.

O imigrante ideal considerado imprescindível para o progresso do país continuava sendo, como na década de 1930, o agricultor, o técnico e o operário qualificado. O que importava, em um primeiro momento, era a sua capacidade em desempenhar funções ou transmitir conhecimentos que atendessem aos interesses do país adotivo. No entanto, aparece como sendo de extrema importância a questão do potencial reprodutor do

imigrante. Fala-se em *braços* para a lavoura e a indústria, mas também em ‘sangue novo’ ou ‘plasma de reprodução’, acreditando-se que os imigrantes viriam “aduzir sangue novo à nossa etnia”, como afirmou Fernando Mibielli de Carvalho no artigo “Imigração: um problema nacional”.⁷

A metáfora do sangue acompanhou a política nacionalista brasileira nos anos de 1930. Era preciso controlar a circulação desse fluxo sangüíneo representado pelo imigrante portador do ‘sangue-sêmen’, princípio da vida, mas também do ‘sangue-doença’, princípio da destruição e morte.⁸ A continuidade desse pensamento no período pós-guerra deixa clara a importância conferida ao sangue como símbolo formador da nacionalidade.

A idéia de reprodução vinha atrelada à condição de ‘elemento de formação eugênica’, ou seja, seria bem vindo aqueles que pudessem colaborar de forma *positiva* para a configuração racial do homem brasileiro. O fator *raça* era uma prioridade, seguido do fator *econômico*, então secundário. Antonio Xavier de Oliveira alertava:

Tenha-se o imigrante, em primeiro lugar, como um *plasma de reprodução*, como um elemento de *formação eugênica* do nosso povo, visando-se integrá-lo em nosso cruzamento racial, de modo a torná-lo um fator 100% positivo na constituição de cada nacionalidade americana, e depois, secundariamente, como um fator econômico apreciável.⁹

Assim, os critérios de seleção do imigrante se pautavam na sua capacidade de trabalho e assimilação, bem como no seu potencial reprodutivo, considerado pelos médicos como o mais importante.

Constatamos, através do discurso oficial contido na *Revista de Imigração e Colonização*, um processo de desumanização do imigrante, tratado como um objeto, um elemento portador de características que podem ou não interessar ao país receptor. Esta desumanização torna-se evidente quando percebemos os termos acionados constantemente para designar o imigrante: *alienígena; bom ou mau elemento; desejável ou indesejável; reprodutor*; entre outros de sentido mais ou menos pejorativo que abordaremos a seguir. O critério de avaliação do imigrante é sempre utilitário, possibilitando a sua classificação de acordo com 'distinções funcionais', seguindo as determinações de uma política de saúde.¹⁰

O imigrante, segundo os autores da revista, serviria para "(...) encher os espaços vazios"¹¹ e cultivar os campos, mas também contribuiria para a formação étnica brasileira, favorecendo o 'embranquecimento da raça',¹² ou até a formação de uma 'nova raça',¹³ uma vez que o brasileiro continuava sendo, na opinião de muitos, um povo em formação.

Considerava-se necessário, então, examinar o "*pedigree* dos reprodutores", o que era tomado como dever patriótico na intenção de salvaguardar a nacionalidade. Segundo o dr. Antonio Vianna, no ar-

tigo "O imigrante solteiro em face à política biológica", de março de 1946,

(...) para a melhoria dos rebanhos é exigida, como garantia, o *pedigree* dos reprodutores e com muito mais direito e mais racional e humano seria, também, o solicitar, indiretamente, através de um severo exame médico, para o imigrante solteiro - falando em nosso favor toda essa vasta tragédia que representa o tenebroso capítulo da *heredopatologia humana*, além de um *dever patriótico* de orientarmos e resguardarmos o destino de nossa *nacionalidade*, sabendo-se que somos um povo em formação.¹⁴

Esse *pedigree* seria determinado, segundo as sugestões, através de rigorosa seleção médica, de acordo com os padrões estipulados pela ciência eugênica. Pretendia-se, desta forma, evitar a entrada de imigrantes portadores de deficiências físicas, mentais e morais, explícitas ou ocultas nos gens.

A medicina como estratégia bio-política aparece com evidência nesses textos, revelando o que Foucault chamou de "socialização do corpo" como forma de controle da sociedade sobre os indivíduos. O corpo investido pelo poder e controlado por uma meticulosa disciplina exercida pelo Estado através dos médicos e psiquiatras. Nas sociedades industriais a aglomeração urbana trouxe à tona a necessidade da ordenação da população e à bio-política coube orientar este processo, cuidando do "corpo social", asse-

gurando a criação ou manutenção de uma homogeneidade positiva.¹⁵

Neste sentido, o imigrante apenas interessava quando vinha compactuar com a criação de uma identidade nacional, tomando parte na construção do futuro trabalhador brasileiro e não como elemento de desagregação e discórdia.¹⁶

Os imigrantes também eram responsabilizados pela propagação de doenças contagiosas como a tuberculose, o tracoma e a lepra.¹⁷ Não se mencionava a falta de assistência sofrida pela população pobre, composta em grande parte por imigrantes, mas sim a necessidade de seleção de um contingente

imigratório positivo, concedendo-se vistos apenas aos chamados *bons elementos*: “Deve ser escolhido o europeu de raça branca. Homens moços, solteiros ou casados”.¹⁸

Apesar de muitos colaboradores da revista defenderem que não se tratava de um problema racial, mas sim médico, ou seja, o que importava não era a raça do imigrante, mas o seu estado físico e mental, ainda se condenava, como nos anos de 1930 e início dos anos de 1940, a imigração de judeus e japoneses, considerados como elementos inassimiláveis e perigosos para a segurança nacional. Dava-se preferência aos imigrantes de



“Primeira leva de imigrantes italianos introduzida pela Cia. Brasileira de Colonização e Imigração, chegada pelo vapor Salta em 15/09/51 e destinada ao Núcleo de Colonização de Pedrinhas em Assis.” Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, São Paulo nº 6, dez de 1951, p. 75.

origem latina: portugueses, italianos e espanhóis, por serem vistos como os mais próximos culturalmente, além de mais assimiláveis. Recusava-se o negro e, muitas vezes, o alemão.

O decreto-lei 7.967, ao reestabelecer oficialmente a imigração, trouxe de volta o regime de cotas para a imigração espontânea,¹⁹ proibiu a entrada de menores de 14 anos desacompanhados; indigentes ou vagabundos; doentes; indivíduos nocivos à segurança nacional; estrangeiros anteriormente expulsos; condenados; etc. Do ponto de vista legal não se discriminava explicitamente raças ou etnias, mas dava-se preferência ao português e à imigração dirigida. No entanto, a discriminação estava presente nos artigos publicados pela *Revista de Imigração e Colonização*.

Os estereótipos elaborados desde o final do século XIX, baseados nos autores racialistas franceses e retomados no início deste século, acrescidos das máximas da eugenia, continuavam em ação na década de 1940 e início dos anos de 1950, estigmatizando os imigrantes e os transformando em seres inanimados, passíveis de qualquer tipo de manipulação, seleção, classificação e absorção.²⁰

Alguns autores chegaram a ser contrários a qualquer tipo de imigração, acreditando que o incentivo à natalidade seria a melhor forma de produção de 'braços' para a lavoura. O imigrante seria dispensável uma vez que o país teria seu próprio suprimento de mão-de-obra. Segun-

do João Maurício Moniz de Aragão:

(...) se deveria praticar, (...), uma política diferente da imigratória, a qual teria como responsabilidade precípua e fundamental fomentar a natalidade (...) pois no Brasil de cada mil crianças nascidas vivas, mais de duzentas morrem antes do primeiro ano de vida.²¹

A questão da assimilação do imigrante continuava sendo uma preocupação constante e deveria ser promovida pelo Estado. De acordo com o relatório do delegado especializado de estrangeiros em São Paulo, publicado em 1945,

O emigrante inassimilado, o imigrante que deliberadamente se isola do meio que o recebeu, é um mau elemento com o qual nunca poderemos contar como filho adotivo da terra que o acolheu. Não passará de um adventício (...).

Daí a necessidade imperiosa em que se acham os governos verdadeiramente patrióticos em não medir sacrifício, no sentido de ser uma realidade a assimilação do elemento alienígena.²²

Era indesejável o imigrante que vinha apenas para se enriquecer e que depois retornava ao seu país. Considerava-se que era preciso que ele criasse raízes, contribuindo com a formação do povo brasileiro, esquecendo tudo o que fosse exterior e sendo absorvido pela sociedade adotiva.

A temível inassimilação, segundo este mesmo relatório, era apresentada como fonte geradora de "nefastos quistos ét-

nicos" entendidos como: "(...) agrupamentos de elevado número de nacionais da mesma origem em determinado ponto do território".²³

Esse pensamento não era novo. Intelectuais como Alberto Torres já haviam, no início do século, debatido essas idéias, considerando o imigrante, quando não assimilado, como um agente de desnacionalização. Também Oliveira Viana alertara para o perigo dos "quistos raciais".²⁴ O que chama a atenção é a permanência do discurso.

Tanto o alemão quanto o japonês e o judeu eram os elementos mais visados, sendo apontados como perigosos à segurança nacional por serem 'inassimiláveis', postura preconceituosa que vinha sendo alimentada desde décadas anteriores. Durante a Segunda Guerra, essa postura se tornou mais forte, sem entretanto desaparecer após cessado o conflito mundial.

As associações de imigrantes eram vistas com desconfiança por incentivarem a preservação da cultura natal. Aristides Ricardo, no artigo "Assimilação do estrangeiro", de maio de 1946, considerava que nem sempre ao 'caldeamento étnico' corresponde o 'caldeamento psicológico', sendo que a raça não influiria nesse aspecto, mas sim o fato dos imigrantes se isolarem em 'nódulos'. Para Ricardo "esses núcleos de idealização da terra natal com prejuízo da terra acolhedora são, pois, centros de atração para os imigrantes recém-vindos".²⁵

A metáfora do corpo é utilizada por Ricardo para expressar a necessidade da integração não apenas racial, mas também psicológica, nas formas de ser e de sentir, para que se possa desenvolver o 'espírito coletivo':

Ao lado do bom funcionamento do organismo, para o qual se exige um certo grau de integração de seus componentes, há que considerar também o bom funcionamento da cultura do povo, sendo este um fenômeno sócio-psicológico cujo grau de intensidade não tem simile na história da evolução.

Ignez Barreto Correia D'Araujo aborda a questão da escola como sendo um dos meios de controle do imigrante, com condições de impedir a formação de *quistos raciais*. O Estado deveria auxiliar a assimilação do imigrante através da educação para "(...) filiar o alienígena às tradições do país (...)" e fazer do imigrante um cidadão "(...) cuja prole se integra no verdadeiro espírito nacional".

Para Correia D'Araujo, primeiramente deveria ser ensinada a nova língua ao imigrante e promovido o ensino da história e da geografia; em segundo lugar, desenvolver no imigrante o 'espírito de associação' com o elemento nacional; por último, o imigrante deveria ser preparado para a naturalização, que é vista como renúncia e conversão. O governo brasileiro deveria seguir, neste aspecto, o exemplo dos Estados Uni-

dos.²⁶ A 'conversão' final, patrocinada pelo Estado, seria como uma verdadeira remissão dos 'erros' do passado estrangeiro.

O mito do Brasil como paraíso racial manteve-se nos artigos publicados pela *Revista de Imigração e Colonização* que, em várias passagens, referiam-se ao país como sendo: um *laboratório racial*,²⁷ uma *democracia étnica*,²⁸ e até mesmo uma *babel étnica*.²⁹ Negando o preconceito de raça apresentavam o Brasil como um *país tolerante*,³⁰ apesar de se continuar investindo no elemento branco como garantia para uma política imigratória bem orientada. Segundo Jaime Poggi:

Entre nós o preconceito de raça é atenuado e, por isso mesmo, uma bem orientada política imigratória e o cruzamento do elemento branco com os descendentes africanos ou já mestiços determinará que o branqueamento se faça, (...).³¹

Não se admitia a existência do preconceito, mas se mantinha o desejo do embranquecimento, através do processo de miscigenação oficialmente orientado. Para Poggi os negros e mulatos eram "(...) sub-raças fracas e doentes". A "proverbal hospitalidade" brasileira, mencionada pelo conselheiro do CIC, José de Oliveira Marques,³² servia nesses artigos como um mero apelo retórico articulado para ocultar a discriminação.

O ataque maior, no entanto, estava reservado à chamada *escumalha da guerra*,³³ ou seja, aos refugiados da Segunda

Guerra Mundial que estavam abandonando a Europa em busca de uma vida melhor, impulsionados pela miséria e pelas perseguições.³⁴ Esses refugiados eram apontados pelas missões diplomáticas brasileiras como um *perigo eminente*, *seres nefastos*, *indesejáveis*, *neuróticos de guerra*, *parasitas humanos*, *imprestáveis* etc. Munindo-se de um vocabulário rico em adjetivos preconceituosos, os autores não ocultavam suas opiniões recorrendo aos exemplos do passado - marcado pelo trauma da vivência da Primeira Guerra Mundial - como experiência a ser evitada. Deusdedit Araujo declarava:

(...) devemos nos lembrar de que as guerras se acompanham não só de epidemias (...) mas também de uma multidão de estigmatizadores (sic) e enfermiços. É a corte dos comocionados e neurosados da guerra (...).³⁵

Era preciso evitar a repetição do que ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, quando, segundo Araujo, a "(...) Liga das Nações chegou a nos mandar uma legião de apátridas indesejáveis sobrados dos campos de concentração".³⁶

O mesmo autor conclui que certos políticos europeus viam o Brasil "(...) como um escoadouro para os *poor white trash* e outros parasitas humanos que aqui vêm inferiorizar a raça e explorar o homem (...)", numa clara alusão aos imigrantes judeus, acusados de se dedicarem exclusivamente a atividades mercantis. Lira Cavalcanti, como vimos no início,

apelava para os exemplos da psiquiatria para justificar sua posição contrária aos refugiados. Insensível ao drama daqueles que haviam vivido o Inferno do III Reich e sobrevivido ao Holocausto planejado pelo Estado nazista, Cavalcanti se referia a eles como se fossem “doentes disfarçados” e, como tais, seriam indivíduos “física e mentalmente imprestáveis” para a América Latina:

Serão indivíduos quase que expulsos de suas pátrias, como na guerra passada se verificou, países que impeliram todos os seus filhos imprestáveis física e mentalmente para a América Latina, ótimo campo para esses doentes disfarçados.³⁷

As causas da loucura são atribuídas aos problemas da guerra ou à inferioridade do imigrante, mas nunca ao trauma da imigração, à discriminação vivenciada na Europa e às dificuldades de integração na sociedade brasileira. A estreita relação entre a psiquiatria e conceitos como hereditariedade, degenerescência, eugenia, demonstrada por Foucault, perpassa todo o discurso desses médicos brasileiros, que pretendiam assumir um papel de vanguarda na construção do homem do futuro, livre de imperfeições e totalmente controlado pela “ciência”.³⁸

O aconselhamento para que se fizessem exames neuro-psiquiátricos nos candidatos à imigração persiste em vários artigos assinados por Antonio Xavier de Oliveira, Lira Cavalcanti, Antonio Vianna e

Antonio Carlos Pacheco e Silva, entre outros. Aliás esta posição já havia sido defendida anteriormente por Antonio Xavier de Oliveira, quando do debate sobre a emenda Miguel Couto para as reformulações pretendidas para a Constituição de 1934, momento em que se mostrou um dos mais exaltados defensores da campanha anti-nipônica.³⁹ Segundo Antonio Xavier de Oliveira, se não tomássemos uma providência imediata estaríamos recebendo

(...) com cândida bondade e responsável inocência espécimes degenerados de raças indesejáveis, velhos e crianças inúteis para o trabalho produtivo, e tudo isso com a cumplicidade de um governo de homens cultos e patriotas, mas que, embora estadistas, desconhecem as conquistas da ciência moderna e não ouvem os conselhos dos seus cultores maiores. Se assim não fora, certo que não continuaríamos a receber os *rebutalhos humanos*, a *escória de raças miseráveis*, *proxenetas* de todas as procedências, para incorporar à nossa nacionalidade, num atentado, num *crime de lesa-pátria*, que não afeta só o Brasil, mas também, (...), a *toda a América*.⁴⁰

A missão do médico era considerada patriótica, pois, baseado na ‘ciência moderna’, que lhe conferia autoridade, estaria preservando não só o Brasil, mas toda a América da ‘invasão’ de alienígenas.

Este discurso inflamado revela o inconformismo com a legislação conside-

rada pouco rigorosa, e uma agressividade incontida em relação aos imigrantes, apontados como causadores de imensos males e, até mesmo, responsáveis por todas as desgraças do país. Exageros a parte, esse texto é uma exemplar amostra da mentalidade racista que permanecia nas páginas da *Revista de Imigração e Colonização*.

Os médicos psiquiatras colaboradores da revista viam com terror a possibilidade da entrada de “elementos indesejáveis” caracterizados como a “escória da humanidade”. Esses indivíduos eram representados como tarados, perturbados, neurosados e até “psicopatas incubados”,



Imigrante subsidiado pelo Comitê Internacional para as Migrações Europeias (CIME) e empregado em indústria no Brasil. Migrations Internationales. Le rôle des mouvements migratoires dans le monde contemporain, Genebra, vol.1, n 1, 1963.

cheios de complexos. A solução, no entanto, dependia dos milagres da ‘ciência moderna’ que, por sua vez, vinha atrelada à necessidade de se criar, numa primeira instância, um grupo médico consciente da urgência em se adotar uma política imigratória *preventiva e higiênica*. Lira Cavalcanti considerava:

(...) necessária a criação de uma consciência médica e higiênica entre os nossos homens públicos, é necessário valorizar tanto o brasileiro nato como incrementar em grande escala a imigração de elementos sadios, realizar uma *triagem rigorosa* entre os ádvenas, tanto adultos como crianças, sem distinção de nacionalidade, uma seleção perfeita, principalmente quanto às suas características neuro-psíquicas, uma seleção de modo a não permitir que se integrem e permaneçam no meio gregário brasileiro, indivíduos tarados, perturbados e exaustos pela guerra, neurosados e psicopatas incubados, cheios de complexos, desajustados, enfim, imigrantes que não servem porque vêm em lugar de nos ajudar, vêm como *peso morto*.⁴¹

Mas o papel salvacionista não cabia apenas aos médicos e aos políticos. Ao pedagogo também era atribuído um papel importante, segundo Desudedit Araújo.⁴² A ele cabia a orientação da assimilação do imigrante, contribuindo, desta forma, para a construção de um Brasil maduro, civilizado e que, assistido por técnicos de todos os campos do conheci-

mento, teria condições de se assemelhar aos Estados Unidos considerado como “a mais bela civilização do mundo”, “amálgama de raças”,⁴³ e que, por sua vez, possuía uma política imigratória bastante restritiva.

Raramente encontram-se na *Revista de Imigração e Colonização* posições contrárias a este discurso intransigente sobre o imigrante. Uma exceção é o artigo de Francisco de Assis Chateaubriand que defendendo a livre imigração alertava para o absurdo do preconceito em relação aos alemães e japoneses:

Nós pagamos o mesquinho resgate da nossa condição de terra atrasada, que vive a levantar todo dia fantasmas com as colônias estrangeiras que labutam conosco. Até contra nossos irmãos portugueses já investiu o nosso boçal jacobinismo.⁴⁴

Assis Chateaubriand, jornalista polêmico, dono dos Diários Associados, manteve relações dúbias com o governo Vargas e declarava-se simpatizante do fascismo, além de ter sido acusado de atitudes anti-semitas nos anos de 1930.⁴⁵ Apesar de defender neste texto de 1945 uma posição de tolerância, permitiu, ao mesmo tempo, a publicação de vários artigos preconceituosos em seus jornais. Artigos estes que depois foram reproduzidos pela *Revista de Imigração e Colonização*.

Também Emílio Willems, em seu artigo “O problema da imigração japonesa”, datado de 1946, denuncia o preconceito e o

racismo explicitado na campanha anti-nipônica, bem como o mito da inassimilabilidade de algumas raças.⁴⁶ Willems denuncia a atitude de alguns publicistas que, utilizando argumentos falsamente científicos, predispõem a opinião pública contra a “imigração amarela”. Afirma que esses autores são seguidores de Gobineau ou Lapouge, acusando-os de racismo dissimulado. O objetivo de Willems é salvaguardar a responsabilidade da antropologia e diferenciar os posicionamentos científicos daqueles marcados pelo racismo.

Estas opiniões divergentes achavam-se cercadas e enfraquecidas pelo discurso autoritário e intolerante disfarçado sob forma da moderna ciência. Pacheco Silva chegou a sugerir medidas eugênicas como a esterelização em massa dos *mal elementos* e o exame pré-nupcial obrigatório, pois, como médico que era, considerava como “(...) falsa compreensão da liberdade permitir que se perpetuassem esterpes degeneradas (...)”.⁴⁷

A Alemanha nazista já adotara medidas com esse caráter e no Brasil dos anos de 1930 e 1940 não foram poucos os defensores desta política repressiva, estabelecendo prescrições eugênicas que, no entanto, nunca foram oficializadas.⁴⁸

Napoleão Lopes em “Colônias para os estrangeiros que ingressarem irregularmente no território brasileiro”, em 1946, considerou como necessária a criação de colônias administradas pelo governo federal para os deslocados de guerra, cujo

sistema de funcionamento e organização deveria ser um "(...) - misto de comunismo e fascismo - o comunismo oferecendo a sua essência colonizadora e o fascismo as suas faculdades policiais e penitenciárias".⁴⁹

Assim, os refugiados seriam mantidos sob vigilância em verdadeiras colônias penais ou talvez campos de concentração.

No discurso oficial do pós-guerra temos a permanência de uma retórica nacionalista impregnada de conceitos fundamentados na ciência eugênica que condicionava o desenvolvimento étnico e civilizatório do país à uma política imigratória em defesa do branqueamento da raça. Com raras exceções, as opiniões emitidas através da *Revista de Imigração e Colonização*, após 1945, vinham ainda impregnadas pelas idéias racistas defendidas pelo nazi-fascismo. Antônio Xavier de Oliveira, em dezembro de 1946, não oculta suas posições anti-semitas e anti-nipônicas, indiferente às notícias sobre crimes nazistas que, nesse ano, já eram manchetes na grande imprensa nacional e internacional. Nesta época, o mundo inteiro ainda estava sob o impacto da divulgação do que o III Reich articulava, acobertado pela ciência moderna, em prol de uma raça pura. Para Xavier de Oliveira:

(...) o Brasil não deve ser a terra prometida de Israel nem São Paulo e a Amazônia a Mandchúria do futuro.

(...) de mongolóides assimiláveis (sic)

bastam ao Brasil os cinco milhões que somos, os nortistas, nordestinos e planaltinos de Minas, Bahia, Mato Grosso e Goiás, sem falar nos autóctones do Sul e da Amazônia, aos quais estes quatro séculos de civilização passaram indiferentes à sua inferioridade somática patenteada numa decadência incontestável que marcha para a extinção talvez não muito remota, oriunda do meio insalubre a que não poderão vencer sem a *ciência* e sem o *governo*. Ainda bem, porque não é possível um povo forte ser constituído de homens fracos, nem, tampouco, fazer uma grande nação com um povo constituído de doentes.⁵⁰

A política imigratória transformou-se, portanto, em garantia para um futuro promissor. O Brasil deveria se posicionar como avesso ao 'estranho' buscando a homogeneidade racial que, por sua vez, sustentaria a nação que se formava. A ciência atrelada ao Estado seria a responsável pela criação do futuro Brasil, livre dos entraves representados pelos 'maus elementos' que vinham de fora, mas também pela permanência de uma população nativa fraca e doente. A solução era a seleção eugênica e racial dos imigrantes e o abandono das populações carentes a sua própria sorte, levando-as à extinção.⁵¹

Para que possamos compreender esse posicionamento intransigente e, poderíamos dizer, anti-ético, devemos nos remeter aos princípios da eugenia e como

ela é ainda hoje exaltada como forma de trazer a felicidade futura e criar um mundo sem doenças ou imperfeições. Nitidamente está caracterizada a ânsia pelo controle do *devir* histórico e a crença na possibilidade de uma população governada pela ciência. Os avanços da genética têm mantido a atualidade dessas questões.⁵²

A REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NOS ANOS DE 1950

Na década de 1950, e especialmente no volume da *Revista de Imigração e Colonização* publicado em 1955, assumiu-se um posicionamento mais técnico visando, principalmente, uma solução para o problema da distribuição dos imigrantes no território nacional. Isto não significou, no entanto, abandono das idéias preconceituosas anteriormente utilizadas. Continuou-se clamando, com mais intensidade, pela imigração de técnicos, agricultores e operários qualificados.⁵³ O imigrante permaneceu sendo visto, pela grande maioria dos autores, como *braço*, ou seja, como elemento de produção, independente de sua posição enquanto indivíduo. Alguns autores, como Antônio Vieira de Mello, chegaram a acrescentar um *cérebro* a esse *braço*, mas desde que esse fosse um *cérebro assimilado*: “(...) *braço* qualificado e *cérebro* afim do nosso, que aqui se irmane conosco”.⁵⁴

As metáforas, como sempre, se prestavam a simplificações para facilitar a com-

preensão dos leitores. Chegou-se a comparar o imigrante a uma máquina e o processo imigratório ao processo de industrialização, dependente sempre de planejamento. Segundo Valentim Bouças, a interrupção do fluxo imigratório transformaria o Brasil em “(...) uma indústria que não renova suas máquinas. Estas envelhecem, os custos aumentam, os desperdícios crescem”.⁵⁵ Bouças referia-se ao imigrante de maneira muito técnica, mas encarava-o também, retomando a metáfora do corpo, como *sangue novo*, importante na formação do tipo étnico brasileiro.

Nos artigos publicados pela *Revista de Imigração e Colonização* na década de 1950, persistia a preocupação com a formação dos *quistos raciais*. No entanto, a maioria dos autores atacam a teoria da inassimilabilidade de algumas raças transferindo a culpa da formação dos *quistos* para a situação de isolamento em que eram mantidos os imigrantes.⁵⁶

A introdução de refugiados de guerra permanece como questão de segurança nacional. Apesar de defendida por alguns, que tentavam demonstrar o proveito que o Brasil poderia tirar destes imigrantes, muitos pensavam como Antônio Vieira de Mello, que os chamava de “parasitas de asfalto e das *boites*”:

Mesmo através do crivo de uma comissão militar infiltraram-se entre os aceitos falsos trabalhadores, que aqui aportaram ostensivamente mais dispostos ao parasitismo do asfalto e das

'boites', de todo alheios a luta porfiada no amanho da terra ou em qualquer outra forma árdua de construção da riqueza e do bem estar.⁵⁷

O conselheiro do CIC e autor do relatório sobre a imigração holandesa e italiana, publicado em 1952, José Caracas, foi ainda mais longe. Para ele os refugiados são nada menos do que o

(...) pior resíduo humano que imaginar se possa. (...) deveríamos rejeitar *in limine* quaisquer entendimentos nesta questão tal é o grau de imprestabilidade desses elementos. É um rebutalho humano, sem profissão, sem dignidade, sem capacidade, em cujo seio figuram indivíduos tarados, propagandistas ocultos de ideologias reacionárias e altamente perigosos ao nosso país.⁵⁸

A constituição da nacionalidade dependia, para a maioria dos colaboradores da revista, de uma rigorosa seleção, sendo que os *indesejáveis* continuavam sendo os mesmos, apesar de não encontrarmos explicitamente referências ao *perigo amarelo ou semita*. Doentes, refugiados de guerra, não católicos, comerciantes, não deveriam fazer parte da "democracia racial brasileira",⁵⁹ nem mereciam a nossa "hospitalidade cordial". A formação do caráter nacional persistia como forma para se justificar a discriminação ao 'outro', expressando a posição do governo brasileiro que demonstrava não saber conviver com as diferenças.⁶⁰

A 'DEMOCRACIA' INTRANSIGENTE

No discurso oficial enunciado através da *Revista de Imigração e Colonização*, nos anos de 1940 e 1950, os imigrantes foram classificados por rótulos e de acordo com critérios preconceituosos. Sua história lhes foi negada, bem como sua identidade étnico-cultural e individualidade. Eram sempre vistos como um espécime a ser selecionado, nos moldes do cientificismo do século XIX.

A mensagem não era unívoca visto que diferentes opiniões circulavam pela revista, mas a essência do discurso se conserva. O trinômio *suspeita, vigilância, eliminação*, analisado por Tucci Carneiro em seu artigo "O discurso da intolerância: fontes para o estudo do racismo",⁶¹ está presente nas linhas e entrelinhas deste periódico, porta-voz do discurso oficial sobre a imigração. Levantava-se a suspeita da entrada no país de 'elementos perniciosos', propunha-se a vigilância constante por parte das missões diplomáticas e a 'eliminação' dos 'indesejáveis', impedindo sua entrada através de uma rigorosa seleção ou promovendo seu repatriamento através da ação repressiva da *polícia política*. Assim, as decisões deveriam reservar-se aos médicos e às autoridades policiais, enquanto ao pedagogo cabia a responsabilidade pela assimilação daquele que já se encontrava radicado no país.

Esse discurso se prestou para legitimar

a práxis discriminatória em relação ao imigrante, dificultando-se a entrada no país de refugiados de guerra, que eram na sua maioria judeus e exilados políticos.⁶²

Cabe ressaltar que a *Revista de Imigração e Colonização* circulava, principalmente, junto aos órgãos públicos e às autoridades diretamente envolvidas com a questão imigratória e as áreas de colonização do país. Ou seja, atingia, especificamente, *grupos de decisão* responsáveis pela *práxis* de uma política imigratória *mais* ou *menos* restritiva. Sabe-se, todavia, que grande parte dos artigos deste periódico já haviam sido publicados pela grande imprensa de vários estados, ficando claro que estas idéias eram veiculadas junto à opinião pública. Uma investigação sistemática a esse respeito junto aos órgãos da grande imprensa permitiria elucidar como essa veiculação se dava.

Vemos, portanto, que o período da chamada 'redemocratização' do Brasil, proclamado muitas vezes como época de participação, modernização, progresso, desenvolvimento, trazia, no discurso oficial, o peso de um pensamento intransigente.

Não obstante, vozes contrárias à intolerância se levantaram, mostrando-nos a possibilidade da dissensão. Neste sentido, lembremos da crônica "Imigração" de Rubem Braga, escrita em janeiro de 1952 e publicada no *Correio da Manhã* no Rio de Janeiro, a respeito de uma reporta-

gem de José Leal sobre a hospedaria da ilha das Flores.

José Leal critica a falta de seleção rigorosa dos imigrantes, denunciando que a hospedaria estava repleta de *inúteis*, que não eram agricultores nem técnicos, mas gente para a cidade, o que traria consequências funestas para o Brasil. Rubem Braga pede licença para discordar do repórter e encaminha sua crônica em defesa desses imigrantes não especializados, de origens diversas, e que, se não correspondem ao tipo ideal sonhado, "trazem pelo menos o patrimônio de sua inquietação e de seu apetite de vida".

Suas últimas linhas podem ser lidas como resposta àqueles que pregavam uma política imigratória restritiva e medidas eugênicas com o intento de *salvaguardar a nação*:

Sejamos humildes diante da pessoa humana: o grande homem do Brasil de amanhã pode descender de um clandestino que neste momento está saltando assustado na praça Mauá, e não sabe onde ir, nem o que fazer. Fazemos uma política de imigração sábia, perfeita, materialista; mas deixemos uma pequena margem aos inúteis e aos vagabundos, às aventureiras e aos tontos porque dentro de algum deles, como sorte grande da fantástica loteria humana, pode vir a nossa redenção, a nossa glória.

N O T A S

1. Maria Luiza Tucci Carneiro, *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*, 2a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1995, p.184.
2. Idem, ibidem, p. 151.
3. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, atos do Poder Executivo, v. (7), out./dez. de 1945, pp. 378-390.
4. *Revista de Imigração e Colonização (RIC)*, v. 1, mar. de 1945, p. 12. A revista será a partir de agora identificada nas notas pela sigla RIC.
5. Antonio Xavier de Oliveira e Antonio Carlos Pacheco e Silva foram deputados constituintes em 1934, tendo uma participação ativa na campanha anti-nipônica. Ver Flávio Venâncio Luizetto, *Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934*, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1975.
6. RIC, v. 2, jun. de 1946, p. 243.
7. Idem, v. 1, mar. de 1945, p. 57.
8. Alcir Lenharo, *Sacralização da política*, Campinas, Papirus/Editora da Unicamp, 1986, p. 112.
9. "Da profilaxia psico-racial da imigração para o continente americano", em RIC, v. 4, dez. de 1946, p. 710. O conteúdo deste artigo foi publicado novamente em 1948 na mesma revista, v. 4, dez., pp. 3-28, sob o título "Da incidência das psicoses nos estrangeiros no Brasil", com pequenas alterações.
10. Foucault, estudando a política de saúde no século XVIII, demonstra como foram tomadas as primeiras medidas de "esquadrinhamento da população", no momento em que a doença passa a ser considerada um problema político-econômico e o Estado assume a função de elevar o nível de saúde do "corpo social". *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1995, pp. 194-196.
11. Fernando Mibielli de Carvalho, "Imigração: um problema nacional", em RIC, v. 1, mar. de 1945, p. 59.
12. Jaime Poggi, "O papel do médico na realização do magno problema", em RIC., v. 2, jun. de 1946, p. 160.
13. J. F. Normano, "Tendências brasileiras", em RIC, v. 4, dez. de 1945, p. 490.
14. RIC, v. 1, mar. de 1946, p. 37.
15. Michel Foucault, *Microfísica do poder*, 11a. reimpressão, Rio de Janeiro, Graal, 1995.
16. Angela M. de Castro Gomes, "A construção do homem novo", em *Estado Novo - ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
17. "Debates na Academia Nacional de Medicina sobre os problemas da imigração e tuberculose", em RIC, v. 2-3, mai./set. de 1945, pp. 316-318 e Sebastião Hermeto Júnior, "Valorização do brasileiro e a imigração estrangeira", em RIC, v. 3, set. de 1946, p. 491.
18. Jaime Poggi, RIC, v. 2, jun. de 1946, p. 165.
19. Lourenço Mário Prunes, "Aspectos do problema imigratório", em RIC, v. 2, 2º sem., 1950, pp. 214-215.
20. Todorov em *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*, v.1, Rio de Janeiro, Zahar, 1993, sintetiza as teorias racialistas que vigoraram durante o século XIX e que segundo Lília Schwarcz foram incorporadas por intelectuais brasileiros. Ver Lília Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993. A Sociedade Eugênica de São Paulo foi fundada em 1917 por Renato Khel e o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia se realizou em 1929 no Rio de Janeiro. Ver Flávio Venâncio Luizetto, op. cit.
21. "Puericultura e Imigração", em RIC, v. 1, mar. de 1946, p. 140.
22. RIC, v. 1, mar. de 1945, p. 198.
23. Idem, ibidem.

24. Maria Luiza Tucci Carneiro, op. cit.
25. *RIC*, v. 2, jun. de 1946, p. 270.
26. "A educação do imigrante", em *RIC*, v. 3, set. de 1946, p. 303.
27. Fernando Mibielli de Carvalho, op. cit., p. 63.
28. Joaquim Pimenta, "Situação jurídica do trabalhador alienígena no direito brasileiro", em *RIC*, v. 4, dez. de 1945, p. 426.
29. Deusdedit Araújo, "Imigração e Eugenia", em *RIC*, v. 1, mar. de 1946, p. 102.
30. M. Paulo Filho, "A nova imigração", em *RIC*, v. 3, set. de 1946, p. 498.
31. *RIC*, v. 2, jun. de 1946, p. 160.
32. "Bases para um plano de colonização", em *RIC*, v. 1, mar. de 1946, p. 130.
33. Relatório do delegado especializado de estrangeiros de São Paulo encaminhado ao secretário de Segurança Pública, *RIC*, v. 1, mar. de 1945, p. 197.
34. A esse respeito ver de Maria Luiza Tucci Carneiro o catálogo da exposição *Brasil, um refúgio nos trópicos*, São Paulo, Estação Liberdade, 1996. Ver, também da mesma autora, *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 343.
35. Deusdedit Araújo, op. cit., p. 109.
36. Idem, ibidem.
37. *RIC*, v. 2, jun. de 1946, p. 240.
38. Michel Foucault, op. cit.
39. Flávio Venâncio Luizetto, op. cit.
40. *RIC*, v. 4, dez. de 1946, p. 706.
41. *RIC*, v. 2, jun. de 1946, p. 240.
42. *RIC*, v. 1, mar. de 1946, p. 110.
43. Colares Junior, "A revolução da Norte-América", em *RIC*, v. 1, mar. de 1945, p. 190.
44. Francisco de Assis Chateaubriand, "Colonização germânica", em *RIC*, v. 4, dez. de 1945, p. 471.
45. Fernando Morais, *Chatô: o rei do Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1994.
46. *RIC*, v. 2, jun. de 1946, p. 276.
47. Antonio Carlos Pacheco e Silva, "Medicina e higiene", em *RIC*, v. 2, jun. de 1946, p. 275.
48. Alcir Lenharo, op. cit., p. 79.
49. *RIC*, v. 4, dez. de 1946, p. 732.
50. Idem, p. 703.
51. É importante salientar que Xavier de Oliveira havia se dedicado ao estudo do sertanejo na obra *Beatos e cangaceiros: história real. Observação pessoal e impressões psicológicas de alguns dos mais célebres*, Rio de Janeiro, *Revista dos Tribunais*, 1920.
52. Para se ter uma idéia desta atualidade ver o artigo de Oswaldo Frota-Pessoa "Raça e eugenia", em Lília Moritz Schwarcz e Renato da Silva Queiróz (orgs.), *Raça e Diversidade*, São Paulo, EDUSP/Estação Ciência, 1996, pp. 29-45. Segundo Frota-Pessoa, a solidariedade e o antagonismo têm bases genéticas "É natural, portanto, que sejamos nepotistas, bairristas corporativistas, patriotas e xenófobos" (p. 32). Para esse autor, através de medidas eugênicas como a seleção artificial chegaremos a um mundo melhor, mas para isto é necessário esperar a consolidação dos regimes democráticos e maiores avanços da genética para que não haja distorções políticas no emprego dessas medidas (p. 42).
53. "A imigração no Brasil", em *RIC*, Nova Fase, 1955, p. 11.
54. "Imigração espontânea e imigração dirigida", em *RIC*, v. 1, 1º sem., 1951.
55. Valentim F. Bouças, "Imigração não é despesa, é capital", em *RIC*, v. 2, 2º sem., 1950, p. 258.
56. Alberto Guerreiro Ramos, "Imigração e mortalidade infantil", em *RIC*, v. 1, 1º sem., 1950, p. 140.

57. *RIC*, v. 1, 1^o sem., 1950, p. 151.
58. José Caracas, *RIC*, v. 1, 1952, pp. 73-74.
59. "Imigração Japonesa", editorial da *Folha Carioca*, em *RIC*, v. 1, 1^o sem., 1952, p. 168.
60. Maria Luiza Tucci Carneiro, "República, identidade nacional e anti-semitismo", em *Revista de História*, n^{os}. 129-131, ago./dez. de 1993 a ago./dez. de 1994, p. 156.
61. M. do Carmo Sampaio Di Credde (coord.), em *Fontes históricas: abordagens e métodos*, Assis, UNESP, 1996, pp. 21-32.
62. Leonardo Senkman, "La política inmigratoria del primer peronismo respecto de los refugiados de la postguerra: una perspectiva comparada con Brasil, 1945-1954", em B. Gurevich e C. Escudé (orgs.), *El Genocidio ante la Historia y la Naturaleza Humana*, Buenos Aires, Universidad Torcuato Di Tella/Grupo Editor Latinoamericano, 1994, pp. 263-298.

A B S T R A C T

This article analyzes the regulation of immigration in Brazil.

In this way, the Immigration and Colonization Magazine (*Revista de Imigração e Colonização*), published between 1940 and 1955 by the Immigration and Colonization Council, was one of the official channels of publishing the procedures related to the entrance of immigrants.

R É S U M É

Cet article a pour but analyser le contrôle de l'immigration dans le Brésil.

Dans ce contexte, la Revue d'Immigration et Colonisation (*Revista de Imigração e Colonização*), publiée entre 1940 et 1955, par le Conseil d'Immigration et Colonisation, a été un des canaux officiels de divulgation des directrices relatives à l'entrée des immigrants. Ainsi, d'abord ils sont sélectionnés par ses qualités physiques, mentales, professionnelles et raciques.

Cependant, dans la décennie de 1950, la Revue d'Immigration et Colonisation a assumé une position plus technique, en visant, surtout, une solution par le problème de la distribution des immigrants dans le territoire national.